

## **TRINTA ANOS DE DESINFLAÇÃO NO BRASIL: ANTECEDENTES, TRAJETÓRIA E DESAFIOS**

Este texto reproduz uma exposição que tive o privilégio de proferir no 8º Encontro Paranaense de Economistas e Estudantes de Economia (EPECO), em 16 de agosto de 2024, um maravilhoso acontecimento em modalidade virtual, promovido pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Paraná (CORECON/PR), durante os festejos técnicos da Semana do Economista.

A provocação fomentada pelo brilhante quadro de dirigentes e colaboradores do Conselho, liderados pelo presidente Celso Machado, e a conselheira Solídia dos Santos, não poderia ser mais pertinente ao reunir, sob o tema central “O Brasil e a Transformação Digital nos Últimos 30 Anos, os encargos de decifragem histórica (abstrata e empírica) das três décadas do Real, das mudanças tecnológicas e metamorfose digital e das notáveis remarcações da oferta e adaptações da demanda dos profissionais da área de ciências econômicas.

Com a abertura de mais esse vistoso compartimento remetido ao cotejo de posições, o CORECON/PR reforça seu caráter plural e confirma a vontade de seguir funcionando como caixa de ressonância ou até catalisador da sociedade paranaense e brasileira.

Até porque, não bastasse o meu amigo Celso costumar deixar as portas do Conselho escancaradas às iniciativas dos profissionais filiados e estudantes e a minha brilhante ex-aluna e orientanda, Solidia, parceira profissional de primeira hora e grandeza, em vários projetos, adora disseminar sua competência e talento.

O ensaio ora trazido contém algumas reflexões levantadas acerca da trajetória de 30 anos da mais longeva moeda da república brasileira, o Real, que explica ou se confunde com vários episódios conjunturais e outras transformações de base verificadas neste interregno, ainda carentes de melhor entendimento ou análises mais pormenorizadas.

Trata-se aqui de uma espécie de sumarização do comportamento dos principais aspectos políticos, institucionais e econômicos, determinantes do arranjo de

preparação, lançamento e manutenção do chamado “Plano Real”, que, a rigor, nunca passou de um programa de estabilização de preços, o mais bem sucedido da história, diga-se de passagem, sedento por transformação em um articulado projeto de nação de longa maturação.

O Real, ou o processo de ajustamento macroeconômico brasileiro que conduziu ao extermínio da superinflação, compõe, indiscutivelmente, o elenco de avanços civilizatórios contabilizados pelo país desde o decenário de 1980, que resultaram em expressivas alterações no marco institucional nacional, facilitadas e/ou encorajadas com o estupendo resgate da democracia.

O Brasil representa caso singular de restauração plena dos expedientes democráticos por caminhos não traumáticos, apesar dos incontáveis eventos de repressão, perseguições, prisões políticas, torturas e outros tipos de violência contra pessoas contrárias e contestadoras do regime, acontecidos nos subterrâneos do poder nos “anos de chumbo”.

Basta um exame retrospectivo alongado para perceber que o fim do arbítrio, instaurado e aprofundado pelo regime militar, a partir do golpe de 1964, foi construído por meio de sucessivas vitórias do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições parlamentares de 1974, 1978 e 1982, nestas últimas também para governadores.

Isso aconteceu a despeito das inúmeras manobras na legislação eleitoral, feitas pela autocracia dominante, incluindo por exemplo, a criação da vinculação total de votos, no pleito de 1982, no qual o eleitor era obrigado a votar em candidatos do mesmo partido na cédula, de cabo a rabo, de vereador a senador, sob pena de anulação do sufrágio.

Considerando que somente a agremiação que dava sustentação legislativa à ditadura ostentava de diretórios instalados em todos os municípios, o dilatado governo de plantão apostava que, em sendo as preferências por vereadores e prefeitos prioritárias nas escolhas, a vitória estaria assegurada.

Ledo engano. O quadro de insatisfação popular com o bloqueio das liberdades individuais e cerceamento das mobilizações coletivas, escalada do desemprego e da inflação e prolongada e profunda recessão, culminou em uma verdadeira coça nas urnas.

Em continuidade, o advento do movimento Diretas Já, verificado em 1983 e 1984, serviu para reforçar a vontade da população de obtenção do restabelecimento pleno do direito de escolha dos respectivos representantes, em todos os níveis de organização política.

Ainda assim, a retomada da democracia só foi viabilizada com uma aliança conservadora, formada pela ala moderada das oposições e progressista das forças armadas, que levou à eleição da chapa de Tancredo Neves e José Sarney, por via indireta, no colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, e ao advento da Nova República, a partir de março daquele ano.

O coroamento da Nova República se deu com a montagem, aprovação e promulgação da Nova Constituição, em 1988, que semeou os ingredientes de proteção social, implantados na década seguinte, e a realização de eleições diretas à cadeira de presidente da república, em 1989, vencidas por Fernando Collor de Mello, em segundo turno.

Se pelo ângulo político a nação avançava a olhos vistos, no front econômico experimentava dramáticos retrocessos. A chamada “década perdida”, que abarcou os anos 1980 e o começo dos 1990, foi caracterizada pelo esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e de seu padrão de financiamento, ancorado em poupança pública e externa.

Naquele extenso intervalo, os agentes econômicos e sociais brasileiros foram duramente atingidos pelos efeitos da combinação perversa entre o colapso da dívida externa, e a subsequente interrupção do crédito voluntário procedente da comunidade financeira internacional, e a falência do estado desenvolvimentista.

Foram ainda afetados negativamente pela multiplicação da ciranda financeira, a regressão científica e tecnológica do parque industrial, a intensa retração dos negócios

e a disparada da inflação e o malogro de todas as tentativas ortodoxas, heterodoxas e mistas, empregadas para debelá-la.

Na verdade, o enganoso sucesso inicial, seguido por retumbante fracasso, acompanhado de contencioso jurídico por quebra das regras do jogo, dos planos Cruzado, Bresser e Verão, baseados em congelamento de preços, e Collor 1 e 2, escorados em outros vetores intervencionistas, constituíram exemplos patéticos e práticos da natureza peculiar da dinâmica de precificação brasileira, que escapava da compreensão e ação dos *policy makers*.

Para complicar, desde o final dos anos 1980, as entidades multilaterais de crédito, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), foram orientadas pelo G7 (grupo dos sete países mais industrializados do planeta) a pressionar os estados em desenvolvimento para a aplicação passiva das regras neoliberais.

Tais preceitos, ditados pelo Conselho de Washington, selado em encontro na capital norte-americana, acontecido em novembro de 1989, foram detalhados em recomendações de liberalização e desregulamentação dos mercados e de transferência de ativos e empresas públicas à iniciativa privada, nacional e multinacional.

A eleição de Fernando Collor de Mello representou a chance de encaixe perfeito do Brasil na cartilha do novo liberalismo, materializada na promoção de uma rápida e abrupta abertura comercial, deslocada de qualquer estratégia industrial encorpada – capaz de incitar ampla reestruturação dos segmentos ultraprotegidos ao longo de meio século de vigência do paradigma substitutivo -, e no lançamento e implantação de um programa de privatizações das companhias estatais da área insumos básicos, particularmente de mineração.

Não fosse o derretimento de popularidade de Collor, associado ao fracasso da retenção de ativos financeiros no combate à superinflação, e a voracidade de sua comitiva no sequestro dos recursos orçamentários, que desembocou na instauração do processo de impeachment e renúncia do mandatário, a integração submissa às prescrições liberais teria sido ainda maior.

A cena bizarra apresentada pelo agrupamento de Collor, puxado pela ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, em 16 de março de 1990, se desdobrando em tentar explicar, aos jornalistas presentes no anúncio do “Plano Brasil Novo”, a forma e o conteúdo da decisão e operacionalização da retenção de cerca de 80% dos haveres em circulação, traduziu a imagem letárgica de um governo absolutamente perdido, em um mandato que mal havia começado.

De qualquer forma, o presidente Itamar Franco, sucessor de Collor, por ter sido o seu vice, assumiu os destinos políticos do país, em 02 de outubro de 1992, apoiado, para o bem ou para o mal, naquele novo desenho que, para os analistas menos ortodoxos, configurava uma “camisa de força” institucional.

De pronto, em sendo um político experiente e perspicaz, o novo chefe de estado percebeu que lhe restou o apreciável desafio de enfrentar a hiperinflação, inercial e compulsoriamente indexada, que, desde o final dos anos 1970, incomodava formuladores de política econômica, comunidade acadêmica e os agentes mais enfraquecidos na contenda para apropriação do produto social, especificamente a classe trabalhadora.

Em outros termos, por atingir a parte mais fragilizada do organismo econômico, a patologia inflacionária, deteriorava, de maneira acelerada e inescapável, o poder de compra dos mais pobres, que buscavam se defender parcialmente ao praticar autênticas corridas em direção aos estabelecimentos varejistas comercializadores de produtos essenciais, tão logo recebiam os salários que, normalmente, terminavam bem antes do final do mês.

Ainda predominava a convicção de que sem o desmanche da inércia, ou do contínuo repasse da inflação passada ao presente, acrescido dos fatores de instabilidade, incluindo os constantes temores da decretação de novos congelamentos de preços, seria impossível a recomposição de condições civilizadas de funcionamento do sistema econômico.

Depois de três experimentos de atuação acomodada do ministério da Fazenda, desprovidos de inclinações ao intrincado diálogo político, até abril de 1993, o titular do

executivo demonstrou avantajada sabedoria a respeito das negociações institucionais vindouras, ao convidar o senador Fernando Henrique Cardoso (FHC) para compor e comandar uma equipe econômica amadurecida e calejada pelos tropeços das estratégias de combate à espiral inflacionária, assumidas na década de 1980.

Era o time de professores de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, que estudava o fenômeno inflacionário há mais de dez anos e havia participado de parte das experiências frustradas da segunda metade do decênio de 1980.

Essencialmente, ao insistirem em atacar as consequências e não as raízes da moléstia inflacionária, sintetizadas na fragilidade fiscal e financeira do setor público, os planos então adotados conseguiam, no melhor dos mundos, represar apenas temporariamente as complexas tensões no nível geral de preços, que retornavam, com vigor renovado, após alguns afrouxamentos ou mesmo a liberação das comportas dos reajustes.

Em setembro de 1984, o economista André Lara Resende, um dos ícones da equipe, publicou o texto “A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial”, avaliado como o embrião da sugestão de circulação de duas moedas, rechaçada por Itamar.

Em paralelo emergiu a contribuição interpretativa à barafunda na marcha de evolução dos preços, produzida pelos professores da Escola de Economia de São Paulo (EESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, que alargaram a tese da moeda passiva e da preponderância dos choques de custos, decorrentes do poder de monopólio das grandes empresas, desenvolvida por Ignacio Rangel, no livro “A inflação brasileira”, publicado na década de 1960.

Na mencionada obra, o mestre Rangel foi cirúrgico ao verificar, a partir da feitura de relações periodizadas entre os principais parâmetros macroeconômicos nacionais, entre 1870 e 1960, o comportamento inverso entre produto interno bruto (PIB) e inflação, “com a precisão dos ponteiros de um relógio”.

Nakano e Bresser tiveram o mérito de somar à percepção de Rangel a interferência exercida pela concatenação entre conflito distributivo (travado por empresas, capitalistas, governo e trabalhadores), mecânica defasada de reajustes de preços, práticas de margens de lucro fixas pelas grandes companhias e correção monetária generalizada.

Os dois docentes foram além e estratificaram as forças explicativas do processo inflacionário em três classes: aceleradoras (custos ou oferta e demanda), mantenedoras (inércia) e sancionadoras (moeda, totalmente endógena, como asseverava Rangel, e déficit público).

Diante isso, ao tomar posse no ministério, em 19 de maio de 1993, FHC era portador da absoluta certeza de ausência de condições políticas mínimas para enveredar no caminho de repetição dos choques praticados na década anterior e começo dos anos 1990.

Mais do que isso, FHC captou a necessidade de criteriosa elaboração, abrangente discussão, aprovação legislativa e comunicação à sociedade dos passos dirigidos à viabilização dos requisitos imprescindíveis ao desmanche dos mecanismos de propagação ampliada da dinâmica inflacionária e, por extensão, suas implicações negativas no modus operandi econômico e social.

O mais importante é que prevalecia, no grupo econômico, o juízo de que a demolição da inércia dependeria, de antemão, de inequívocas sinalizações de disposição de varredura de suas motivações primárias, resumidas no exponencial e descontrolado crescimento das necessidades de financiamento do setor público, principal fator de propulsão da especulação financeira.

Nessas condições, o ajustamento macroeconômico foi formulado e executado em três estágios.

O primeiro deles compreendeu o ajuste fiscal provisório, anunciado em junho de 1993, no âmbito do Programa de Ação Imediata (PAI), centrado em substancial diminuição de despesas em 1994 e 1995, aprofundado, no mês seguinte, com o imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF), embrião da famigerada CPMF, e,

em 1994, com o Fundo Social de Emergência (FSE), que desvinculava 20% da arrecadação federal.

Como suporte adicional, em 15 de abril de 1994, o governo brasileiro havia encerrado as tratativas e comemorado a assinatura do acordo de reescalonamento da dívida externa, como parte do Plano Brady, dirigido aos países em desenvolvimento superendividados.

A segunda etapa do plano abarcou o aniquilamento da memória inflacionária, com a criação da Unidade Real de Valor (URV), em 01 de março de 1994, uma espécie de regra de indexação ou sincronização de preços, salários e contratos, destinada a permitir a convivência entre a moeda velha (cruzeiro real), contaminada pelas diárias e crescentes remarcações de preços, com uma referência estável.

Em sendo exitosa, a tática ensejaria o gradativo abandono do cruzeiro real e a celebração da morte da inflação com o seu próprio veneno, como revelou Gustavo Franco, outro componente do seletivo conjunto econômico de FHC, na reunião alusiva aos 30 anos do Real, no final de junho de 2024.

A urgência em transmitir à sociedade, sobretudo à população mais simples, em linguagem cristalina, os pontos positivos e as sutilezas da URV, levou o ministro FHC a participar de um momento “tira dúvidas”, de vinte minutos, ao vivo, no programa de auditório do extraordinário comunicador Sílvio Santos, falecido em 17 de agosto de 2024.

Em entrevista concedida à BBC News, em 2019, FHC admitiu que o apresentador de televisão de um show, veiculando melhor do que o ministro as particularidades da URV e da programação governamental para o duelo contra a inflação.

Por fim, o terceiro degrau corresponderia à transformação da URV em nova moeda, em instante subsequente.

O grupo de FHC foi agraciado com a surpreendente adesão generalizada dos diferentes atores econômicos ao novo indexador, que cumpria ao menos duas das três

funções clássicas ou cláusulas de um padrão monetário: unidade de conta e reserva de valor.

Ao transpirar exaustão e amargar perdas com a desorganização provocada pelo aumento da frequência e intensidade das correções de preços, em sua maioria preventivas, à espera de mais um congelamento, os agentes sociais dissociaram a URV de todos os procedimentos de botox anteriores.

As toxinas botulínicas, empregadas no passado, exprimiram inócuas ingerências nos reajustes de preços, ladeadas pelo corte de três zeros e, algumas vezes, troca de nome, da moeda, emissária de credibilidade irremediavelmente arranhada pelo galope desembestado da inflação.

Por isso, houve a decisão de conferir o atributo de meio de pagamento, com a antecipação da transformação da URV em real, em 01 de julho de 1994, com valor emparelhado ao dólar americano, o que culminou na denominada âncora cambial da peleja contra a inflação.

Apenas para esclarecer, a URV valia CR\$ 647,50, por ocasião de sua criação, em 01 de março, e CR\$ 2.750,00, em 30 de junho de 1994, quando foi extinta, o que equivaleu a uma inflação de 324,7%, em quatro meses, ou 43,6% ao mês, dada a atualização diária pela variação média dos três principais índices de preços nacionais, mensurados na moeda podre.

Em abril de 1994, houve o desligamento de FHC do ministério para a condução da vitoriosa campanha à presidência da república, tida como medular ao prosseguimento da estabilização e o desbanque do adversário Lula, favorito nas pesquisas eleitorais.

Coube então ao embaixador Rubens Ricupero atender o chamado ou a convocação do presidente Itamar, assumir a pasta e partilhar com o chefe de estado o prosseguimento da tarefa de comunicação à população das excepcionais chances de sucesso do processo em curso.

Apelidado pelo presidente de “apóstolo do Real”, além de peregrinar pelo território nacional em fervorosa defesa da estabilidade monetária, Ricupero encarregou-

se também da nobre missão de dissuadir o chefe do desejo, de última hora, de derrame de bondades populistas, como o tabelamento de preços e dos juros e a conversão dos salários pelo pico e não pela média, quando da edição da URV.

O abrupto sumiço do lucro inflacionário forçou, em 1994 e 1995, o reordenamento das finanças dos estados e municípios, centrado na renegociação das dívidas em troca da promessa de privatização ou busca de federalização das instituições financeiras locais, e a ativação de programas de socorro de bancos públicos e privados, viciados com o risco zero propiciado pelas operações de tesouraria.

Aliás, os entes federados e as entidades bancárias cultivaram o mau hábito de orquestrar espetáculos de captura dos recursos da sociedade, bancados pela emissão de dívida pública ou moeda, otimizando focos de inflação e bagunçando a estrutura de preços relativos.

Ademais, houve continuidade da desestatização, acrescentando os segmentos de telecomunicações, energia e siderurgia, venda de participações em empresas e flexibilização de monopólios, com destaque para o da Petrobrás, asseguradas por emendas constitucionais aprovadas pelo parlamento.

É claro que o Real teve que sofrer algumas correções de rota, cruciais à sua sobrevivência a não poucas crises econômicas exógenas e endógenas, com destaque para:

- i) o default dos emergentes, entre 1994 e 1998, se adicionada a moratória russa;
- ii) a inflexão brasileira de 1999, determinante da alteração de eixo da política econômica, com a criação do tripé formado pelo regime de metas de inflação, o sistema de câmbio flutuante e a estratégia de geração de superávits primários; e
- iii) o colapso do mercado hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos (EUA), em 2008.

O real saiu fortalecido das turbulências políticas domésticas, em especial dos escândalos de corrupção do Mensalão e do Petrolão, nos anos 2000 e 2010,

respectivamente, e do retorno da negligência fiscal, desde 2014, fruto da sintonia fina entre a corrosão de popularidade de governos fracos e perdulários e a engorda de um legislativo empenhado na organização de farras com verbas públicas.

São três gerações de algazarras que ilustram, de forma cabal, abusos de autores e cúmplices dos rateios abundantes e descontrolados, que propiciaram inúmeras investigações de irregularidades alocativas e que devem movimentar cifras superiores a R\$ 50 bilhões, no exercício 2024.

- i) orçamento secreto ou emenda do relator, ou ratificador de acordos ocultos com aliados políticos, sem a especificação de autores responsáveis e áreas beneficiadas;
- ii) emendas de comissão ou colegiados temáticos (educação, saúde, integração nacional, desenvolvimento regional, dentre outros), que dispensam a inscrição da relação política entre deputados e estados agraciados e camuflam a individualização; e
- iii) transferências pix, endereçadas diretamente às prefeituras, sem a identificação ou rastreabilidade dos projetos contemplados.

O afincos da Câmara dos Deputados em revidar à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), encabeçada pelo ministro Flávio Dino, de suspender as emendas de execução obrigatória, enquanto se construía as estacas de prerrogativas e transparência, evidenciou a ausência de apreço ao princípio basilar do trânsito das verbas públicas, assentado na clareza da utilização e destino.

Nesse sentido, pode ser qualificada como alentadora a deliberação pelo enterro da opacidade nas remessas pix, com priorização de obras inacabadas e fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), tomada em reunião com a participação de ilustres representantes dos três poderes, em 20 de agosto de 2024, patrocinada pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Ainda foi estipulada a não alteração da magnitude das emendas individuais, quase R\$ 40 milhões/ano, por deputado, e aproximadamente R\$ 70 bilhões/ano, para

cada senador, ficando para mais adiante a produção de critérios técnicos para a rejeição de transações exageradas.

Todavia, mesmo desinterditando o debate institucional, os produtos das conversas mantiveram acesa a chama da intocabilidade da distribuição de vultosa fração das despesas federais pelos agentes do parlamento e não deixaram transparecer a restituição do manuseio do orçamento ao executivo.

Estatísticas preliminares de pesquisa efetuada pelo jornal Folha de S. Paulo atestam que em 53% das nações integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o parlamento não pode emendar o orçamento. Entre as que as aceitam, como Itália, Portugal e Espanha, a intervenção não alcança 1% dos gastos discricionários contra 23% no Brasil.

Em nenhuma delas há reserva financeira obrigatória de parcela do orçamento endereçada às emendas dos deputados e senadores, que se, de um lado, configuram o preço da preservação de relativa concórdia entre executivo e legislativo, de outro, ocultam da sociedade o trajeto percorrido por bilionárias cifras retiradas do caixa do Tesouro Nacional.

No decorrer dessa longa e tortuosa marcha de 30 anos de duras batalhas para a preservação dos fundamentos econômicos, amparados no controle permanente da inflação, praticamente todos os governantes e respectivos tecnocratas da geração do real, ainda que com objetivos distintos, retirados das cartilhas da social democracia ou das correntes de esquerda, centro, direita e até extrema direita do espectro ideológico, perceberam, ou ao menos pouco atrapalharam, o papel de protagonista interpretado pela estabilidade de preços no espetáculo da economia e da democracia.

Afinal de contas, ao oportunizar a diminuição e o alongamento temporal dos expedientes de indexação automática, a ampliação sustentada do consumo, investimento e concorrência interempresarial, a inflação reduzida e cadente promove o estreitamento do leque de incertezas e o alargamento do horizonte de previsibilidade no cálculo econômico.

Não por acaso, o Real oportunizou significativa reacomodação inter-regional da expansão do investimento produtivo, notabilizada pela animação do avanço do agronegócio no sentido das regiões centro-oeste, norte e nordeste, e o retorno da desconcentração industrial do eixo polarizado por São Paulo, privilegiando o destino do centro-sul do país.

Os ciclos de ampliação e diversificação da matriz industrial, vivenciados pela economia paranaense, entre 1995 e 2002 e 2011 e 2014, graças ao abandono de improvisações voluntaristas e elaboração e implantação de sólidos programas de atração de inversões produtivas - ainda que com oferta de incentivos fiscais, facilitados pela balbúrdia do sistema tributário brasileiro -, possuem relação direta com o perene equilíbrio monetário.

É curioso constatar também que a época de maior expansão econômica do Brasil do Real coincidiu justamente com o governo de seu principal adversário que, tão logo alçado à função de incumbente, dedicou-se ao trabalho de preservação e reforço da orientação macroeconômica cumprida pelo antecessor, rotulada de herança maldita pela plataforma eleitoral de 2002.

Apenas a título de ilustração quantitativa e comparativa, o produto interno bruto (PIB) nacional cresceu 2,2% ao ano, no lapso temporal da administração de FHC, entre 1995 e 2002, e 3,9% a.a., durante os mandatos de Lula 1 e 2, entre 2003 e 2010.

Aos que minimizam os efeitos positivos da introdução e consolidação do padrão monetário, basta observar que a inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE, despencou de 4.922,5%, em doze meses encerrados em junho de 1994, véspera do lançamento da nova moeda, para 4,5%, no exercício anual findo em julho de 2024.

Neste percurso de pouco mais de três décadas, o IPCA acumulou variação de 712,8%, o que perfaz 7,1% ao ano, ou média de 0,6% ao mês, contra 16% ao mês, entre janeiro de 1980 e junho de 1994.

Não seria exagero afirmar que o Real pode ser considerado o produto final de uma engenhosa, comportada e transparente empreitada de “economia política”,

conduzida com talento acadêmico e habilidade política, ambos destituídos dos costumeiros requintes de arrogância.

Não há dúvidas de que com o sepultamento da desordem inflacionária todos ganham, mesmo aqueles que apressadamente enxergaram perdas, notadamente no terreno político. Não obstante, o Real representou um ponto de partida ou arrancada, não de chegada.

O que estaria faltando para a realização da travessia do largo tempo de estabilidade monetária para um período de firme crescimento econômico, impulsionado pela conciliação entre encaixe modernizante no ambiente global, transição energética de baixo carbono e aprofundamento da inclusão social? Seria uma espécie de quarta fase do Real?

A resposta mais precisa, ainda que superficial e preliminar, deveria abranger a urgência de conversações políticas maduras para a fixação de diretrizes e iniciativas voltadas à devolução da funcionalidade do estado e ao retorno maximizado dos ganhos de eficiência da microeconomia.

Porém, tais esforços esbarram em um cenário mundial extremamente turbulento e inóspito, marcado pela agudização das flutuações macroeconômicas e a intensificação da luta pela hegemonia geopolítica, a partir da ampliação das incumbências apropriadas pelas autocracias chinesa e russa, o avanço de ditaduras de ultradireita e extrema esquerda, o regresso vigoroso das disputas bélicas seculares no Oriente Médio e o adensamento de posturas nacionalistas e práticas protecionistas.

Igualmente desfavorável é a deterioração da operacionalidade da política no Brasil, agravada pelo acirramento da polarização ideológica, magnificada por milícias de parasitas habitantes das redes sociais, identificados como “trolls”, esvaziados de ideias, insensíveis à verdade e aficionados da difusão do caos.

A pauperização da política advém também da rendição institucional do poder executivo ao fragmentado legislativo, que vem alargando margens de manobra orçamentária desde a desidratação do governo de Dilma Rousseff, em 2015, por conta da conjugação entre derrocada da Nova Matriz Econômica e esfacelamento da

retaguarda no Congresso Nacional, com a negação do apoio ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em processo no Conselho de Ética da Casa.

Comandado por blocos de interesses pouco republicanos, o parlamento tem sido preenchido por seres sedentos por recursos para destinações a redutos eleitorais e, no mínimo, desatentos ao conteúdo da agenda nacional, das políticas de estado e da demanda dos eleitores, que deslocaram a operação institucional do presidencialismo de coalizção para parlamentarismo de extorsão.

Ainda assim, parece premente um maior empenho dos atores sociais e políticos brasileiros na perseguição da reversão da estagnação econômica, prevalecente há mais de quatro décadas, com alguns espasmos expansivos, denominados “voo de galinha”, e dos dramáticos níveis de pobreza e miséria. O PIB do país cresceu 2,2% a.a., entre 1979 e 2023, e apenas 0,5% a.a., entre 2014 e 2023.

O país frequenta o primeiro pelotão do mundo em desigualdade social, convivendo com o regresso da ampliação da concentração de renda desde o começo de 2015 e contabilizando quase  $\frac{1}{4}$  dos domicílios sem renda proveniente do trabalho, segundo o IBGE.

Na mesma linha, estatísticas do Laboratório das Desigualdades Mundiais, da Organização das Nações Unidas (ONU), mostram que o Brasil é o segundo país mais desigual entre os membros do G20, melhor apenas que a África do Sul, e que os 10% mais ricos da população se apropriam de mais da metade da renda nacional.

Também conforme estudo do Banco Suíço UBS, o Brasil ocupa o 1º posto no ranking global de concentração de patrimônio, com quase metade da riqueza do país, ou 48,4%, ficando com somente 1% da população, contra 41%, na Índia, 34,3%, nos EUA, 31,1%, na China, e 30%, na Alemanha, que integram a parte de cima da lista.

Cabe registrar o recuo do número de pessoas abaixo da linha de pobreza (com renda mensal per capita de até R\$ 218) de 15,4 milhões para 9,5 milhões, entre 2019 e 2023, como calculado pela FGV, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNAD), do IBGE.

Com relação à “insegurança alimentar grave”, que abrange pessoas que permanecem um ou mais dias sem acesso à alimentação, houve declínio de 21,1 milhões, ou 9,9% da população total, no triênio 2020-2022, para 14,3 milhões (6,6% do total), no triênio 2021-2023, de acordo com o relatório do Mapa da Fome da ONU.

A melhora pode ser imputada ao abrandamento das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, com o avanço da imunização das pessoas, e o substancial reajuste do valor mensal pago aos assistidos do Bolsa Família (Auxílio Brasil), que alcançou R\$ 600, em 2022, derivado de objetivos eminentemente eleitoreiros, preservado em 2023.

A mutação do panorama de insuficiência de crescimento e elevada concentração de renda requer corajoso enfrentamento, em simultâneo, dos percalços conjunturais e das mazelas estruturais, ou, em outras palavras, o tratamento adequado das variáveis de estabilização e de desenvolvimento.

Em curto prazo, chama a atenção a necessidade de re colocação da responsabilidade fiscal como ingrediente vital à obtenção do equilíbrio intertemporal das finanças governamentais e, por extensão, à recuperação da coordenação das expectativas dos agentes, notadamente a calma no comportamento dos ativos de risco.

A acolhida de um vigoroso e consistente programa de corte e racionalização de gastos públicos e a implantação de uma abrangente reforma administrativa, que faça a máquina pública caber novamente dentro do orçamento, representariam os primeiros passos nessa direção.

A reconhecida diminuta produtividade agregada dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e das três esferas (União, estados e municípios), a despeito da carga tributária de 32,44% do PIB, contrasta com evidências empíricas que denotam que só nações dotadas de estados eficientes conseguiram se desvencilhar da “armadilha da renda média”.

Quanto aos parâmetros de desenvolvimento, além da regulamentação da simplificação da cobrança dos impostos de incidência indireta, em curso no Congresso

Nacional, soa adequada a preparação de novos e apreciáveis blocos de reformas institucionais.

Dentre elas sobressai a financeira, visando ao barateamento e democratização do crédito, e a previdenciária, em fase com a tendência de declínio da proporção da população economicamente ativa na estrutura etária ou de iminência de fechamento da janela demográfica, demonstrada pelo Censo Demográfico 2022, do IBGE.

Afigura-se indispensável também a supressão de ranços ideológicos e a elaboração de um corajoso programa de privatizações, concessões e parcerias público privadas, orientado à reparação, modernização e ampliação da infraestrutura econômica, com poder de tornar o Brasil um enorme e avantajado “canteiro de obras”.

Igualmente imperiosa seria uma política industrial robusta, priorizando investimentos em ciência, tecnologia e inovação, em sintonia com a aceleração da quarta revolução industrial global, centrada em robótica, digitalização e inteligência artificial, e menos subordinada à oferta de haveres fiscais e creditícios subsidiados e/ou proteção tarifária.

**Economista Gilmar Mendes Lourenço.**